

**ENFRENTAMENTO À COLONIALIDADE DO SER NA OBRA TETÃ
TEKOHA (2020), DE NHANDÉWA E ALMEIDA (ORGS): AUTOAFIRMAÇÃO
IDENTITÁRIA E DECOLONIALIDADE EM CURSO**

**CONFRONTING THE COLONIALITY OF BEING IN THE WORK TETÃ
TEKOHA (2020), BY NHANDÉWA AND ALMEIDA (ORGS): IDENTITY
SELF-AFFIRMATION AND ONGOING DECOLONIALITY**

Leila Silvia Sampaio¹

RESUMO

Este artigo apresenta algumas reflexões acerca da perspectiva decolonial presente na obra Tetã Tekoha (2020). De início, o texto traz discussões acerca da colonialidade com embasamento teórico em Quijano(2005), Mignolo(2010), Ballestrin(2013) e Maldonado-Torres (2022), com maior enfoque na colonialidade do ser. São tecidas algumas considerações acerca da literatura de autoria indígena e sua contribuição na decolonialidade com contribuições dos pesquisadores Danner, Dorrico e Danner (2018; 2020), Kambeba (2020) e outros. A análise busca apresentar as textualidades como forma de enfrentamento à colonialidade do ser, configurando uma escrita de autoafirmação identitária com vozes permeadas de sentimento de pertencimento e força ancestral.

Palavras-chave: Tetã Tekoha (2020), colonialidade do ser, decolonialidade.

ABSTRACT

This article presents some reflections on the decolonial perspective present in the work Tetã Tekoha (2020). Initially, the text brings reflections on coloniality with a theoretical basis in Quijano(2005), Mignolo(2010), Ballestrin(2013) and Maldonado-Torres (2022), with a greater focus on the coloniality of being. Some considerations are made about literature by indigenous authors and their contribution to decoloniality with discussions by researchers Danner, Dorrico and Danner (2018; 2020), Kambeba (2020) and others. The analysis seeks to present textualities as a way of confronting the coloniality of being, configuring a writing of self-affirmation of identity with voices permeated with a feeling of belonging and ancestral strength.

Keywords: Tetã Tekoha (2020), coloniality of being, decoloniality.

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem, pela Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá, na linha de Pesquisa Literatura, Sociedade e Identidade. Mestre em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Letras- Sinop, pela Universidade do Estado de Mato Grosso. leilasampaio70@gmail.com

Introdução

O colonialismo, sistema de exploração econômica e dominação política, produziu maneiras de enquadramento da vida social e criou relações e tensões fundadas em pensamentos hegemônicos. Partem disso, enfrentamentos que se inserem em uma perspectiva decolonial, uma vez que, para tentar amenizar os conflitos, seria preciso dialogar e confrontar práticas de raízes coloniais. Desse modo, uma das formas encontradas é a literatura trazendo as vozes silenciadas, ações e discursos que negligenciam o outro julgado inferior.

A exemplo dessa literatura, presencia-se a escrita de autoria indígena. Configurada em uma perspectiva estética-política, a literatura dos povos indígenas alia-se à luta por seus direitos, espaços, suas crenças, modos de vida e identidades respeitadas. Das histórias ancestrais coletivas aos textos individuais em diversos gêneros, presenciamos uma escrita que objetiva levar conhecimento e, também, problematizar a presença do indígena em diferentes campos de atuação e saberes, buscando dialogar com discursos que insistem em colocar os sujeitos indígenas em uma situação de subalternidade.

A crescente publicação de produções individuais que apresentam caráter autobiográfico mostra os próprios autores assumindo os relatos de suas vidas ou criando ficções para contar seus pensamentos e angústias acerca da situação histórica e social que os povos indígenas estão inseridos. Essas produções literárias individuais surgem ocupando seu espaço no processo decolonial em curso que se apresenta contra as formas da colonialidade que muito contribuem para que ainda hoje discursos questionadores e discriminatórios sejam utilizados contra os povos indígenas.

Diante disso, este artigo objetiva analisar os textos configurados autobiográficos presentes na obra *Tetã Tekoha* (2020), de Nhandewa e Almeida (orgs) que se convergem e sinalizam uma produção voltada para a desconstrução do pensamento colonial enraizado na sociedade brasileira. De início, o texto trará considerações acerca da construção do pensamento colonial, abordando o conceito de colonialidade e sua constituição, dando ênfase à colonialidade do ser relacionada à inferioridade atribuída aos povos indígenas, resultando na opressão, exclusão e tentativa de silenciamento.

Pensar a escrita literária de autoria indígena como forma de desabafo e discurso de autoafirmação identitária compõe parte desse trabalho que intenta perceber como o

processo de decolonialidade do pensamento pode ganhar força na desconstrução do pensamento colonial e como isso se apresenta nas textualidades autobiográficas presentes na obra *Tetã Tekoha* (2020)

Narrativas da modernidade e a construção da colonialidade

No final da década de 90, alguns pensadores lideraram a criação de um grupo denominado Modernidade/Colonialidade (M/C) e um dos conceitos que emergiram desse grupo foi elaborado por Anibal Quijano. Segundo o autor, a colonialidade caracteriza-se por um padrão de poder “da classificação social da população mundial de acordo com a ideia de raça, uma construção mental que expressa a experiência básica da dominação colonial e que, desde então, permeia as dimensões mais importantes do poder mundial”. (QUIJANO, 2005, p. 95). Essa ideia expressa que as relações de colonialidade nas dimensões econômica e política não terminaram com o fim do regime colonial.

Dos estudos imersos na compreensão dos reflexos do período colonial, surgem os conceitos de colonialidade do poder, do saber e do ser. Segundo Maldonado-Torres (2022), a primeira refere-se à relação entre as modernas formas de exploração e dominação; a colonialidade do saber refere-se ao papel de tarefas epistemológicas e produção de conhecimento e a colonialidade do ser remete à experiência vivida da colonização e seu impacto na linguagem.

Para adentrarmos nessa discussão, faz-se necessário entender como as narrativas da modernidade foram construídas e contribuíram com o surgimento de discursos hegemônicos e para isso Dussel (2000) colabora, apresentando sete aspectos que envolvem a modernidade. De acordo com Maldonado-Torres (2022, p. 11), “Dussel [...] notou a conexão entre o ser e a história dos empreendimentos coloniais, chegando assim, muito perto da ideia da colonialidade do ser”:

- 1) A civilização moderna se entende como mais desenvolvida, superior (o que significará manter uma posição ideologicamente eurocêntrica sem consciência).
- 2) A superioridade força o desenvolvimento do mais primitivo, rude, bárbaro, como exigência moral.
- 3) O caminho desse processo de desenvolvimento educacional deve ser aquele seguido pela Europa (é, de fato, um desenvolvimento unilinear e de estilo europeu, que determina, novamente sem nenhuma consciência, a "falácia do desenvolvimento").
- 4) Como o bárbaro se opõe ao processo civilizatório, a práxis moderna deve, em última

análise, usar a violência, se necessário, para destruir os obstáculos a essa modernização (guerra justa colonial). 5) Essa dominação produz vítimas (das mais diversas formas), violência que é interpretada como um ato inevitável, e com o sentido quase ritual do sacrifício; o herói civilizador confere às suas próprias vítimas o caráter de holocaustos de um sacrifício salvífico (o índio colonizado, o escravo africano, a mulher, a destruição ecológica da terra, etc.). 6) Para o moderno, o bárbaro tem uma “culpa” (opondo-se ao processo civilizatório) que permite à “Modernidade” apresentar-se não apenas como inocente, mas como “emancipadora” dessa “culpa” de suas próprias vítimas. 7) Finalmente, e devido ao caráter “civilizatório” da “Modernidade”, interpretam-se como inevitáveis os sofrimentos ou sacrifícios (os custos) da “modernização” dos outros povos “atrasados” (imatuos)²⁰, das outras raças que podem ser escravizados, do outro sexo porque são fracos, etc.[..](DUSSEL, 2000, p. 49)

O autor colabora para que se entenda como as narrativas da colonialidade partem da ideia de sobrepujar aquele que é observado como uma barreira na construção de um novo mundo. Nesse sentido, modernidade e colonialidade coexistem e as estruturas de poder em ação política e econômica no período colonial tomam novas formas e teóricos desmembram no contexto das relações políticas, econômicas e sociais. Walter Mignolo considera que a matriz colonial do poder “é uma estrutura complexa de níveis entrelaçados” (MIGNOLO, 2010, p. 12) e se configurou como o “lado obscuro e necessário da modernidade” (BALESTRINI, 2013).

Nesse sentido, Maldonado-Torres (2022) argumenta que “A Modernidade como discurso e prática não seria possível sem a colonialidade, assim como a colonialidade constitui uma dimensão inescapável dos discursos modernos,” (MALDONADO-TORRES, 2022. p. 15)

O teórico explica que, duas décadas depois das considerações de Dussel, foi Walter Mignolo que trouxe discussões acerca da colonialidade do ser e contribui:

Se a colonialidade do poder se refere à interrelação entre as formas modernas de exploração e dominação, e se a colonialidade do saber tem a ver com a função da epistemologia e das tarefas gerais da produção do conhecimento na reprodução de regimes de pensamento coloniais, a colonialidade do ser se refere, então, à experiência vivida da colonização e seu impacto sobre a linguagem. (MALDONADO-TORRES, 2022, p. 12)

O teórico auxilia na definição da colonialidade do ser a partir do entendimento de que há controle sobre os sujeitos através da tradição e senso comum. Nesse sentido, a colonialidade do ser está presente em cada evento de hierarquização, em cada narrativa

e discurso que contribui para a perpetuação das hegemonias. Maldonado-Torres (2022) explica que

[...] a colonialidade do ser é um conceito que procura capturar a forma com que o movimento colonial se apresenta na ordem da linguagem na experiência vivida de sujeitos. [...] é uma expressão das dinâmicas que buscam criar uma ruptura radical entre a ordem do discurso e o dizer da subjetividade generosa. [...] Isso se expressa na transformação da ordem do discurso em um *dito* ou em um discurso coerentemente estabelecido, ancorado na ideia de uma diferenciação natural entre sujeitos, a saber, na ideia de raça. (MALDONADO-TORRES, 2022, p. 54)

A linguagem produz sentidos e significados para as interações humanas que determinam os níveis de influência e a própria hegemonia em escala social. É neste sentido que são produzidas as zonas do ser e do não ser. Nas palavras de Maldonado-torres:

Novas identidades foram criadas no contexto da colonização europeia nas Américas: europeu, branco, índio, negro e mestiço para nomear apenas as mais frequentes e óbvias. Um traço característico desse tipo de classificação social consiste em que a relação entre sujeitos não é horizontal, mas vertical. Isto é, algumas identidades denotam superioridade sobre outras. [...]O mundo inteiro foi visto à luz dessa lógica. Esse é o início da “colonialidade global” (MALDONAD-TORRES, 2022, p. 16)

Nesse pensamento, a colonialidade do ser age em favor da indiferença, que conseqüentemente perpetua o racismo, a desumanização de alguns sujeitos frente a outros. Configura-se uma ferramenta de coerção social, utilizada de maneira estratégica como suporte à colonialidade do poder e do saber, pois a linguagem é fundamental para manutenção de discursos hegemônicos que tecem a figura de sujeitos julgados inferiores.

As reflexões do teórico contribuem para perceber a naturalização das visões de mundo desumanizadoras, excluindo possibilidades para a alteridade, produzindo estereótipos e preconceitos pautados na violação da individualidade do ser humano, no questionamento da sua humanidade e, por consequência, dos próprios direitos humanos.

Decolonialidade e literatura de autoria indígena

Em uma perspectiva de decolonizar o pensamento, a escrita literária de autoria indígena, principalmente as narrativas de caráter autobiográfico, busca refletir a presença do indígena na atualidade e denunciar “a continuidade das formas coloniais de dominação após o fim das administrações coloniais, produzidas pelas culturas coloniais e pelas estruturas do sistema-mundo capitalista moderno/colonial” (GROSFOGUEL, 2008, p.126 apud BALLESTRIN, 2013, p. 100).

Nesse viés, Gonzaga colabora:

O levante decolonial não se pauta somente em superar o processo colonial de nossa história e não se baseia só em procurar descolonizar as regiões colonizadas, mas assumir uma postura de luta permanente para registrar uma nova história dos colonizados como personagens sociais participantes do processo e não como meros agentes moldáveis, subjugados e subalternos. A decolonialidade diz respeito ao procedimento que almeja superar historicamente a colonialidade e pressupõe um plano mais amplo, uma incumbência urgente de insurreição do modelo de poder colonial na atualidade tendo em vista o amanhã. (GONZAGA, 2021, p. 126).

Assim, a decolonialidade refere-se ao processo de lutas contra a subalternização dos sujeitos que foram colonizados e remete ao pensamento crítico frente aos discursos do poder que revestem os colonizados com suposto assujeitamento.

A produção literária de autoria indígena configura um material que se insere na perspectiva decolonial, considerada um caminho para desconstruir conceitos e questionamentos aos povos julgados inferiores. Pela escrita, os povos indígenas (re) contam suas histórias milenares mantidas pela oralidade, expressam seus sentimentos e visões acerca de suas histórias e narram experiências enquanto sujeitos que sofrem a colonialidade e passam a entender o campo literário como um espaço para que suas vozes possam ser ouvidas na ação de refutar os julgamentos, afirmar identidades e reivindicar os espaços negados.

Danner, Dorrico, Danner (2018) denominam a literatura de autoria indígena escrita a partir de 1990 de contemporânea e explicam que “A literatura indígena contemporânea possibilita a autoexpressão desses sujeitos marginalizados e invisibilizados e enuncia temas que colocam em perspectiva as condições de vida impostas aos indígenas pela civilização moderna ocidental” (DANNER, DORRICO, DANNER, 2018, p. 319) e afirmam:

O sentido da literatura indígena, desse modo, é aquele que busca reafirmar a alteridade, problematizar e em muitos sentidos superar as formas de domínio sofisticadas perpetradas pela modernidade, seja no âmbito religioso, econômico, social ou estético, seja na forma de colonialismo ou da colonialidade. (DANNER, DORRICO, DANNER, 2018, p. 320)

Nesse sentido, a produção literária de autoria indígena é uma importante ferramenta na luta contra a manutenção do pensamento colonial que verte-se na práticas e discursos contra o outro. Assinala-se cada vez mais política de engajamento de voz-práxis estético-literária e de acordo com Danner, Dorrico, Danner, (2018, p 320) “se processa como enfrentamento direto da situação de exclusão, de marginalização e de violência sofridas pelos povos indígenas”. Sua contribuição para desconstruir estereótipos e preconceitos sinalizam a presença do decolonialismo a partir das narrativas individuais que se apresentam em forma de relatos, contos, poemas, crônicas onde a presença do eu mescla-se a uma voz coletiva.

Rompendo o silêncio imposto há séculos, contam suas vivências/experiências, nos centros urbanos, suas angústias e posicionamentos diante dos discursos preconceituosos e perpetuados ao longo do tempo e mesmo nas textualidades onde a presença do “eu” ocupe toda a narrativa ou esteja oculto num discurso denunciativo ou questionador, a presença do “nós” é percebida, uma vez que remete a situações vividas pelo coletivo e são apresentadas problematizando ações e saberes que precisam ser desconstruídos.

A produção literária indígena fornece outros saberes, para além de uma visão folclorizada, representa as novas formas de ser, estar e pensar dos indígenas e reivindicam respeito às suas histórias, não somente a do autor, que fala em nome do seu povo, mas de todos os povos indígenas, porque a voz individual apresenta-se coletiva ecoando na sociedade contemporânea a resistência e presença indígena reafirmando suas identidades e ocupando seus espaços.

Segundo Danner, Dorrico, Danner (2018), a poética indígena do eu-nós está presente em variadas formas de autoria, em textos autobiográficos, contos, crônicas que, mesmo que os autores assinem suas produções como autoria individual, presencia-se a estreita relação com saberes tradicionais da sua comunidade.

Pela literatura, os indígenas veem uma forma de suas vozes serem ouvidas e ecoar na sociedade, buscando mais espaços e respeito à identidade, em um processo de interação e troca de conhecimento. De acordo com Kambeba (2020):

A escrita indígena é uma forma de autoexpressão de uma resistência que se arrasta e de uma existência que se firma nos moldes de uma sociedade que vanda os olhos para um aprendizado com os povos indígenas numa atitude recíproca de solidariedade, cuidado, respeito [...] (KAMBEBA, 2020, p. 92)

A expressão literária dos povos indígenas é uma manifestação criativa, no entanto carrega em seu bojo a característica militante, uma vez que podem apresentar um caráter de denúncia e discursos que visam desconstruir o preconceito e visões estereotipadas que ainda permeiam o imaginário da sociedade, fazendo com que a presença dos indígenas seja cercada de questionamentos e negação de espaços. Pela literatura, principalmente, a que se assume autobiográfica, objetivam que a colonialidade vá enfraquecendo no caminho de uma decolonialidade do pensamento para onde a escrita literária de autoria indígena também se constrói.

A decolonialidade em curso em Tetã Tekoha

As universidades são espaços onde a presença dos indígenas sofre questionamentos e imposição da cultura ocidental e, a partir dessa experiência desenhada em moldes do discurso da colonialidade, dez jovens indígenas universitários da Universidade Estadual de Londrina (UEL) pertencentes aos povos Kaingang e Guarani projetam suas vivências na escrita em um movimento de resistência e autoafirmação identitária, construindo textos autobiográficos em forma de relatos e poemas. Mesmo em diferentes contextos de nascimento, moradia e trânsitos, os autores enfrentam os discursos de questionamentos e exclusão, expondo seus pensamentos e angústias que trazem à tona o histórico de sofrimento dos povos indígenas, desde a chegada dos europeus.

Acerca da obra, Pinto (2020) contribui:

São textos de compromisso étnico, articulação política e resistência cultural que atravessam as noventa e seis páginas ilustradas. [...] São poemas, narrativas autobiográficas, desabafos de natureza variada. O conjunto dá conta da realidade a que foram submetidas as populações indígenas desde a chegada de Cabral. (PINTO, 2020)

As textualidades presentes na obra inserem-se na perspectiva da decolonialidade do pensamento que insiste em enxergar o indígena um ser deslocado do espaço universitário por considerá-lo dentro das figuras estereotipadas construídas ao longo da história e da literatura brasileira.

Segundo Hakiy (2018):

Não podemos mais pensar em um indígena da época da invasão colonizadora, uma figura petrificada no tempo, que foi estereotipada ao longo de todo o processo de formação de nossa nação brasileira. O indígena de hoje deve também ser pensado como um indivíduo que está inserido no meio da sociedade – logicamente sem deslembrar que faz parte de uma cultura que tem sua singularidade -, que pode ser e agir como qualquer outro indivíduo, sem esquecer sua cultura originária. (HAKIY, 2018, p. 37-38)

No fragmento acima, o escritor reflete acerca da insistência em enxergarem o indígena como um ser do passado, deslocando-o da atualidade e questionando sua presença em espaços e ações que julgam a ele não pertencer. É esse o diálogo que estabelece na obra *Tetã Tekoha* pelas vozes dos escritores que escolhem o título escrito em Guarani e Kanhgág que se traduz: Cidade-aldeia: nossa história contada por nós mesmos. Todos os relatos tentam dialogar os questionamentos acerca do ser indígena e as vozes ecoam em uma confluência de autoafirmação identitária e resistência.

Nhandewa (2020, p.16) registra que “Falar que é indígena é ser questionado de por que você está aqui.” Segundo relato do autor, a presença indígena na universidade gera questionamentos que tentam aprisionar o sujeito em conceitos construídos pela sociedade eurocêntrica. Essa prisão discursiva é percebida nos versos de Yvoti (2020, p. 23) “Na cidade me sinto como um pássaro, engaiolada, não posso voar, muito menos correr!” A tentativa de excluir os povos indígenas da sociedade é historicamente pautada no julgamento de inferioridade e ser indígena é carregar atributos que tentam aprisioná-lo no passado. Maldonado-Torres (2008), explica que “a colonialidade do ser refere-se ao processo pelo qual o senso comum e a tradição são marcadas por dinâmicas de poder de caráter preferencial: discriminam pessoas e tomam por alvo determinadas comunidades”. (MALDONADO-TORRES, 2008, p. 96).

As características físicas dão conta de que os preconceitos aconteçam. No entanto, ser indígena não está relacionado à aparência física, mas sim na certeza de sua origem e pertencimento. Felipe Zamboni, da etnia Guarani, assume que com seu nome

carrega a branquitude que o livrou do racismo, mas também o acomodou diante dos privilégios que assume ter demorado a reconhecer. Filho de pai de origem italiana e de mãe com ascendência indígena travou uma luta interna para afirmação da identidade. Declara que “Afirmar minha identidade indígena significa ter uma vida de luta, incluindo lutar pelos nossos direitos e por nossa sobrevivência”. (ZAMBONI, 2020, p. 34) Sua autoafirmação identitária com orgulho registra-se nos versos:

Moro na cidade
Sempre morei
De algumas vantagens desfrutei
Nenhuma que pague
Minha perda cultural (ZAMBONI, 2020, p.35)

O autor considera-se ainda em processo de resgate identitário e cultural e assume:

Tenho muito que resgatar, para isso peço perdão para meu pai, mas o resgate cultural materno é mais legal. Se precisar usar a tecnologia ocidental para recuperar a cultura oral, usarei e não serei mais branco ou menos índio por isso. Serei mais eu. (ZAMBONI, 2020, p. 34)

Yago Junior dos S. Queiroz, do povo Fulni-ô, filho de mãe indígena e pai com ascendência espanhola, foi criado entre os não indígenas e depois uma parte na comunidade kaingang. O escritor enfrenta preconceito pela mestiçagem que assume, mas leva consigo a força maior pelo sangue Fulni-ô que carrega e afirma: [...] por mais que digam que não sou “índio”, eu digo e afirmo o contrário e vou além: digo sem medo algum, eu também sou Kaingang. Sou indígena. Sou Fulni-ô. Sou Kaingang. (QUEIROZ, 2020, p.91)

Segundo Quijano (2005) “os povos conquistados e dominados foram postos numa situação natural de inferioridade e, conseqüentemente, também seus traços fenotípicos, bem como suas descobertas mentais e culturais” (QUIJANO, 2005, p. 118). Esse processo configurado de forma natural pelas forças opressoras tem seus tentáculos distribuídos nos discursos acerca dos povos indígenas. Acerca disso, na escrita de Jaqueline de Paula Sabino, há a tentativa de decolonizar esse pensamento:

Não somos todos iguais, não somos um só povo, não falamos uma só língua e muitos de nós sequer sabe falar a própria língua. Isso não significa que somos menos indígenas, significa que em algum momento da nossa história sofremos restrições severas, como o não

uso da língua materna, proibição de costumes e crenças, moradia em aldeias, um processo violento que tinha como pena a morte. Hoje, após 519 anos de Brasil, nós resistimos e existimos com muitas características físicas diferentes [...] e o que nos define são nossos valores, nosso pertencimento, nossa cultura e um desejo em comum: o reconhecimento da nossa existência da forma que merecemos. (SABINO, 2020, p. 44)

A luta nunca é individual. É sempre marcada pela presença do coletivo e se apresenta no relato de Rodrigo Luís Tupã (2020) “Sou Rodrigo, graduando no curso de medicina, mais um desafio e luta que estou enfrentando [...] a sociedade me obriga a viver isso, pois a saúde do meu povo está ameaçada. Mas sou guerreiro, isso que motiva a seguir.” (TUPÃ, 2020, p. 46)

Segundo Danner, Dorrico e Danner (2020), o movimento decolonial fortalece as minorias e cada um se vê parte de uma luta que o move dotado de sentimento de coletividade:

O movimento descolonizador por excelência é e se define por esse caminho e por essa postura das minorias que rompem com o silenciamento, a invisibilização e o privatismo, aos quais foram empurradas ao longo da colonização, e assumem uma atitude pública política e cultural de militância, de ativismo, de engajamento em torno à sua condição e à sua causa como minorias. (DANNER; DORRICO, DANNER, 2020, p. 68)

Esse senso de coletividade entre as minorias também se manifesta nas palavras de Jacintho (2020) que cursa medicina “O que me levou à opção por um curso na área da saúde foi a necessidade que os povos indígenas têm quanto a um atendimento diferenciado e mais humanizado.” (JACINTHO, 2020, p.68) e completa:

Em meio a tanta opressão, existia uma coisa que até hoje nos inspira. O sentido de coletividade e união que formava a resistência do nosso povo.[...] Toda essa luta nos trouxe até aqui, nos colocando nos bancos das Universidades e nos fazendo protagonista da nossa história”. (JACINTHO, 2020, p. 73-74)

A vozes presentes nas textualidades da obra demonstram um grito de desabafo, de resistência individual e de fortalecimento coletivo. A luta dos povos indígenas e suas dores que carregam se expressam no relato de Uerique G. Matias (2020):

Índigena, por muito tempo falaram, mataram, discriminaram. E tentaram sumir, sumiu um povo, uma terra, uma história, será?[...] E por que ainda falam daquele tempo e persistem em dizer: índio,

pelado, no mato. Tenho uma péssima notícia para você, sabe aquele pé de mandioca que você tirou, lembra? Sabia que ele tem raiz, sabia que ele vai crescer, que vai dar mandioca? [...] Aquele índio que você se esqueceu, ele surgiu lá da raiz, ele deu fruto, ele está aqui e está forte, ele resiste.[...] Nossa luta é com a caneta. Diga ao povo que avance, e avançaremos! (MATIAS, 2020, p. 66)

Os enfrentamentos contra pensamento colonial presentes na sociedade estão dentro da universidade e a força que move a continuar resistindo está registrada nas palavras de Jacintho em relação àqueles que ainda insistem em julgar o indígena inferior. Em um trecho de seu poema, a autora desabafa:

Existem pessoas muito soberbas em
sua própria inteligência e cruéis com aqueles que
elas acham que é inferior à sua “classe”.
Tão cruéis a ponto de matarem os sonhos dos
Próximos (se assim o puderem!)
Me apego com Nhanderu (Deus) para
sobreviver essa batalha, pois meu objetivo
queima dentro de mim como luz...
Para o registro histórico, nós sobrevivemos! (JACINTHO,
2020, p. 76)

Há muitos discursos que estão desencontrados da verdade em ser indígena no Brasil e que contribuem para que o olhares a esses povos sejam atravessados de preconceito e julgamentos. Nas palavras de Quijano (2005, p. 139), “é tempo de aprendermos a nos libertar do espelho eurocêntrico onde nossa imagem é sempre, necessariamente, distorcida. É tempo, enfim, de deixar de ser o que não somos”.

Jacyntho (2020), em seu poema, colabora nessa perspectiva de libertação de um ser imaginado e perpetuado na sociedade de forma errada:

Dizem que não trabalhamos, que não plantamos.
Dizem que não produzimos nada.
Dizem que temos muita terra.
Dizem que recebemos salário da FUNAI, e que é
uma grana ‘preta’.
Dizem que contribuimos com a economia do país.
Dizem que não contribuimos com a evolução e o desenvolvimento da
sociedade.
[...]
Dizem que só andamos de “caminhonetona”.
Dizem que temos regalias que queremos demais.
[...]
Essas são algumas das mentiras que contam pra
Sociedade.
Muitos acreditam, e pior, [...]

continuam disseminando esse discurso de
ódio e preconceito [...] prejudicando a imagem de um povo que sofreu e
ainda sofre a perda de seus territórios.
[...] (JACINTHO, 2020, p. 78)

Os estereótipos e saberes preconceituosos que circundam o imaginário da sociedade ocidental precisam ser revisitados e desconstruídos. O discurso contra toda construção errada que ainda fazem dos indígenas necessita ser declarado nas suas variadas formas de dizê-lo. A literatura de autoria indígena é uma maneira de presenciar o pensamento decolonial e A obra Tetã Tekoha, na perspectiva da decolonialidade, adentra nessa tentativa com os relatos dos jovens indígenas acerca de suas experiências e sentimentos enquanto sujeitos que carregam julgamentos, marcas da opressão de seus povos, da tentativa de extermínio e silenciamento de suas vozes e aniquilamento de suas culturas. No entanto, na mesma intensidade que carregam dores, levam a força ancestral, afirmando suas identidades e ocupando espaços, movendo-se esperançosos na direção da possível mudança desse cenário de julgamentos e exclusão.

Considerações finais

Pensar a literatura de autoria indígena como um caminho de enfrentar os discursos colonialistas é enxergar as possibilidades de uma escrita no aspecto revisional do passado, com um discurso alternativo de enfrentamento às práticas discriminatórias que tiveram origem no período colonial. A imposição de uma visão de mundo, uma forma de viver ao colonizado, o processo de colonização gerou resistência, fazendo surgir a colonialidade e se firma em uma classificação étnica, social, sexual que tem como modelo ideal o colonizador. Essa classificação é suporte para a replicação de projetos coloniais, desde o seu início até os dias atuais.

A colonialidade do saber classifica os espaços e formas de saber. Um exemplo que a arte e epistemologias indígenas não é ciência. A colonialidade do poder é limitar os espaços centrais de decisões àqueles que não representam minorias. A colonialidade do ser classifica as formas de vida, julga inferior e que eliminar, tirando a humanidade daquele que apresenta sua cultura, visões de mundo e crenças diferente do que foi pré-estabelecido coerente para a formação do novo mundo e, pela linguagem, engloba as outras duas colonialidades.

Desse modo, as exclusões são acumulativas na tentativa de padronizar a sociedade e como forma de enfrentamento e resistência nasce a decolonialidade que busca a multiplicidade com posturas moldadas no relativismo e interculturalidade, pensando as diversas culturas de igual valor. Não se trata de substituir paradigmas modernos colonialistas por outros e não deve se entender a decolonialidade como uma rejeição a tudo que foi pensado e elaborado. É um movimento de questionamento ao eurocentrismo e etnocentrismo que alcança o campo literário e faz os sujeitos escritores elaborarem suas construções no intuito de trazer ao leitor reflexões que perpassam pela história e comportamento da sociedade.

Nesse sentido, a literatura de autoria indígena apresenta sua característica decolonial, principalmente as narrativas que configuram autobiográficas, por meio dos relatos de sujeitos que ocupam espaços urbanos e mantêm sua identidade, crenças e modos de vida e que precisam se autoafirmar diante dos discursos que tendem a continuar inferiorizando e julgando o outro. As textualidades presentes na obra Tetã Tekoha exemplificam essa intencionalidade da escrita literária dos povos indígenas. Os autores contam suas vivências e experiências de exclusão em espaços que precisam ocupar por opção e direito e, os textos confluem no discurso de autoafirmação identitária e resistência diante das práticas de colonialidade, principalmente a do ser que, pela linguagem apresenta paradigmas que precisam serem derrubados.

Referências

- BALLESTRINI, Luciana. América Latina e o giro decolonial. Brasília: *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 11, p. 89-117, 2013.
- DANNER, Leno; DORRICO, Julie; DANNER, Fernando. Decolonialidade, lugar de fala e voz-práxis estético-literária: reflexões desde a literatura indígena brasileira. v. 22/1. *ALEA*: Rio de Janeiro, p. 59-74. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/alea/a/gSLJSgfsj6JwNSx9tKXB3Pk/#>. Acesso em Agosto de 2023
- DANNER, Francisco Leno; DORRICO, Julie; DANNER, Fernando. Literatura indígena como descatequização da mente, crítica da cultura e reorientação do olhar: sobre a voz-práxis estético-política das minorias. In: DORRICO, Julie; DANNER, Leno Francisco; CORREIA, Heloisa Helena Siqueira; DANNER, Fernando. (Orgs). *Literatura indígena Brasileira Contemporânea: criação, crítica e recepção*. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018, p. 315
- DORRICO, Julie; DANNER, Leno Francisco; DANNER, Fernando. Autoria, autonomia, ativismo: Educar e politizar pela e para a escrita - notas sobre a literatura

indígena brasileira contemporânea. In: DORRICO, Julie; DANNER, Fernando; DANNER, Leno Francisco. (Org.). *Literatura indígena brasileira contemporânea: autoria, autonomia, ativismo*. 1ª ed., Porto Alegre: Editora Fi, v. 2, p. 350-388, 2020.

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidad y eurocentrismo. In: LANDER, Edgardo (Org.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latino-americanas*. 1. ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), 2000, p. 41-53. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sursur/20100708034410/lander.pdf>>. Acesso em abril de 2023.

GONZAGA, Alvaro de Azevedo. *Decolonialismo Indígena*. São Paulo: Matrioska Editora, 2021.

HAKIY, Tiago. Literatura indígena – a voz da ancestralidade. In: DORRICO, Julie; DANNER, Leno Francisco; CORREIA, Heloisa Helena Siqueira; DANNER, Fernando (Orgs.). *Literatura Indígena Brasileira: criação, crítica e recepção*. Porto Alegre. Editora Fi, 2018. Pg. 37-38.

KAMBEBA, Márcia Wayna. O olhar da palavra: escrita de resistência. In: DORRICO, Julie; DANNER, Leno Francisco; DANNER, Fernando (Orgs.). *Literatura indígena brasileira contemporânea: autoria, autonomia, ativismo*. Porto Alegre, RS: Editora Fi, p. 89-98, 2020.

JACINTHO, Valéria Lourenço. *O nome que carrego*. In: NHADEWA, Alexandro da Silva; ALMEIDA, Tiago Pyn Tánh de. (orgs). São Paulo: Pólen, 2020, p. 73-78.

MALDONADO-TORRES, Nelson. *Sobre a colonialidade do ser: contribuições para o desenvolvimento de um conceito*. 1. ed.- Rio de Janeiro: Via Verita, 2022.

MATHIAS, Uerique G. Sou resistência. In: NHADEWA, Alexandro da Silva; ALMEIDA, Tiago Pyn Tánh de. (orgs). São Paulo: Pólen, 2020, p. 66-76.

MIGNOLO, Walter. *Desobediencia epistémica: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad Argentina*: Ediciones del signo. 2010.

NHANDEWA, Alexandro da Silva; ALMEIDA, Tiago Pyn Tánh de.(orgs) *Tetã Tekoha*. São Paulo: Pólen, 2020.

NHANDEWA, Alexandro da Silva. *Imagem Indígena*. In: NHADEWA, Alexandro da Silva; ALMEIDA, Tiago Pyn Tánh de. (orgs). São Paulo: Pólen, 2020, p. 66-7.

PINTO, Luiz Renato. *Cidade-aldeia*, por Luiz Renato Pinto. Disponível em:https://www.megapop.com.br/artigos/id-594242/cidade_aldeia_por_luiz_renato_pinto. Acesso em abril/2023.

QUEIROZ, Yago Junio dos Santos. *Vida Sangue e alma de um Kaingang/ Funil-ô*. In: NHADEWA, Alexandro da Silva; ALMEIDA, Tiago Pyn Tánh de. (orgs). São Paulo: Pólen, 2020, p. 91.

QUIJANO, Aníbal. *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina*. In: LANDER, Edgardo. (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. 1ª. ed. Buenos Aires,: Consejo Latinoamericano de Ciências Sociales –CLACSO, 2005.

SABINO, Jaqueline de Paula. *Ser indígena na atualidade*. In: NHADEWA, Alexandro da Silva; ALMEIDA, Tiago Pyn Tánh de. (orgs). São Paulo: Pólen, 2020, p. 44.

TUPÃ, Rodrigo Luís. *Minha história através da minha escrita*. In: NHADEWA, Alexandro da Silva; ALMEIDA, Tiago Pyn Tánh de. (orgs). São Paulo: Pólen, 2020, p. 46.

ZAMBONI, Felipe. *Pouco do que sou, muito do que expresso*. In: NHADEWA, Alexandro da Silva; ALMEIDA, Tiago Pyn Tánh de. (orgs). São Paulo: Pólen, 2020, p. 34-35.

YVOTY, Ana Lucia Ortiz M. Kunha. *Cidade*. In: NHADEWA, Alexandro da Silva; ALMEIDA, Tiago Pyn Tánh de. (orgs). São Paulo: Pólen, 2020, p. 23.

Recebido em: 17/01/2024

Aceito em: 28/03/2024